



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Defesa do Consumidor

Requerimento nº , de 2023.

(Do Sr. Eduardo da Fonte)

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, instituído pela Lei nº 14.300/2022, e sua regulação pela Resolução Normativa nº 1.059, de 2023, da ANEEL.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, REQUEREMOS a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada reunião de audiência pública para discutir o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, instituído pela Lei nº 14.300/2022, e sua regulamentação pela Resolução Normativa nº 1.059, de 2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sugerimos que sejam convidados a participar:

- a) o Ministro de Estado das Minas e Energia;
- b) o Diretor-Geral da ANEEL;
- c) um representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar);
- d) um representante da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica);-





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Defesa do Consumidor

e) um representante da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel);

f) um representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); e

g) um representante da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-PE).

JUSTIFICATIVA

Em 7 de fevereiro de 2023, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 1.059, que regula o marco legal da microgeração e da minigeração distribuída. A norma da Agência Reguladora permite a cobrança de três componentes distintos dos microgeradores e minigeradores de energia elétrica, que são:

(i) o custo pelo uso da rede da distribuidora (TUSD) – no caso da minigeração as despesas de adequação do sistema de medição para conexão são de responsabilidade do interessado;

(ii) o custo pela disponibilidade da rede, que incidirá sobre o consumo de energia elétrica, descontado o montante da energia excedente injetado na rede; e

(iii) uma tarifa sobre a geração excedente injetada na rede.

As novas regras apresentadas pela Resolução da ANEEL não foram bem recebidas no mercado. A Absolar, que reúne empresas de toda a cadeia de valor do setor solar fotovoltaico com operações no Brasil, por exemplo, alega que as regras colocadas pelo regulador impõem uma “tripla cobrança”.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Defesa do Consumidor

Segundo a entidade, a ANEEL está permitindo a cobrança por serviços que antes não eram pagos às distribuidoras pelos usuários da tecnologia, que compreende desde telhados solares em residências até pequenas usinas, de até 5 megawatts (MW) de potência, para abastecer o consumo de empresas. Isso prejudica os pequenos consumidores-geradores e aumenta o prazo de retorno do investimento.¹

Ademais, um dos assuntos que deve ser discutido na audiência pública é a falta de regulação clara, por parte da ANEEL, da venda de excedente de energia elétrica de microgeração e minigeração distribuída injetada na rede. A Lei prevê que a concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica deverá promover chamadas públicas para credenciamento de interessados em comercializar os excedentes de geração de energia elétrica oriundos de projetos de microgeração e minigeração distribuídos, para posterior compra desses excedentes.

Em defesa dos direitos dos consumidores-geradores, é de suma importância que a Câmara dos Deputados, por intermédio dessa Comissão, discuta a matéria.

Sala da Comissão, em 23 de março de 2023.

Deputado EDUARDO DA FONTE

PP/PE

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/business/aneel-aprova-regulamentacao-do-marco-legal-da-geracao-distribuida-de-energia/amp/>

